

O PROBLEMA DA IDEIA DO NOME EM PLATÃO

THE PROBLEM OF THE IDEA OF THE NAME IN PLATO

CÁSSIO MERCIER RAMOS*

Resumo: Todo diálogo platônico está repleto de problemáticas e mistérios de difícil solução para aqueles que buscam apreender o sentido das palavras de Platão. Com este artigo, deseja-se ocupar com um destes mistérios: o que é esta ideia do nome (τὸ τοῦ ὀνόματος εἶδος) à qual o filósofo faz referência no *Crátilo*? Para ser mais específico, será que é uma ideia única para todo nome ou haveria várias ideias dos nomes, tantas quanto são os próprios nomes? As interpretações parecem se polarizar nestes dois opostos, e as dificuldades são muitas para ambas leituras. Este artigo se ocupará com a apresentação da complexidade da problemática e com a colocação de uma possibilidade de leitura.

Palavras-chave: *Crátilo*; linguagem; nome; ideia.

Abstract: Every Platonic dialogue is full of problems and mysteries that are difficult to solve for those who seek to grasp the meaning of Plato's words. In this article, we want to deal with one of these mysteries: what is this idea of the name (τὸ τοῦ ὀνόματος εἶδος) to which the philosopher refers in the *Cratylus*? To be more specific, is it a single idea for every name or are there as many ideas for names as there are names themselves? The interpretations seem to polarize around these two opposites, and the difficulties are many for both readings. This paper will attempt to present the complexity of the problem and to point to a possible solution.

Keywords: *Cratylus*; language; name; idea.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo partiu de alguns questionamentos colocados em seminários do grupo de pesquisa em Filosofia Antiga da PUC-SP. Toda discussão girou em torno da interpretação da ideia do nome (τὸ τοῦ ὀνόματος εἶδος) tal como aparece no diálogo *Crátilo*, especialmente no trecho que vai de 389a até 390b:

Sócrates: Sendo assim, da mesma maneira considerarás também o legislador daqui e de entre os bárbaros, contanto atribua a forma do nome apropriada (τὸ τοῦ ὀνόματος εἶδος ἀποδιδῶ τὸ προσήκον) a cada coisa em qualquer que

* Pesquisador na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil. <https://orcid.org/0000-0002-6251-4037>. E-mail: cassiomr123@gmail.com

sejam as sílabas, não será um nomeador inferior seja o daqui ou de entre os bárbaros? (390a)

A função do legislador, como aponta a fala de Sócrates, é atribuir a forma do nome às sílabas a fim de formar os nomes. Há, contudo, um problema em saber se esta ideia do nome, à qual se faz referência no trecho, deve ser apenas uma única para todos os nomes ou se haveria uma ideia do nome para cada coisa nomeável. Esta última leitura pode ser corroborada pelo uso do termo τὸ προσῆκον no mesmo trecho, uma vez que, entendido em seu sentido de adequação ou pertencimento, poderia indicar a introdução de algum tipo de especificação no nome que qualifica, isto é, τὸ τοῦ ὀνόματος εἶδος. Não obstante, antes de tratar diretamente dessa questão, é necessário fornecer uma contextualização do diálogo no qual se insere, permitindo assim melhor situar o problema. Após ter apresentado o contexto, seguir-se-á uma discussão das possíveis leituras e interpretações acerca do τὸ τοῦ ὀνόματος εἶδος. Por fim, buscar-se-á contribuir com a discussão. Evidentemente, em se tratando de um artigo com espaço limitado, não é possível pretender encerrar a questão, mas será apresentada uma possível via de interpretação que poderia encaminhar à solução do problema. Assim, espera-se tornar evidente toda a complexidade da problemática abordada.

2. A COLOCAÇÃO DO PROBLEMA

Todo o *Crátilo* está voltado para uma discussão acerca da linguagem, mas o escopo principal da investigação é indagar a respeito da justeza ou correção dos nomes (383a-b). Porém, no que exatamente consiste esta temática? A primeira coisa digna de nota é que não se trata de uma criação platônica, mas sim uma retomada de uma questão presente nos ensinamentos do sofista Pródico, algo que se observa neste trecho inicial do diálogo:

Sócrates: Hermógenes, filho de Hipónico, diz o antigo provérbio que as coisas belas são difíceis de aprender; o conhecimento dos nomes não é negócio de importância somenos. Se eu tivesse podido ouvir a aula de Pródico, suficiente, por si só, como ele afirma, para deixar os ouvintes completos nessa matéria, nada te impediria agora de ficares sabendo a verdade sobre a exatidão dos nomes (τὴν ἀλήθειαν περὶ ὀνομάτων ὀρθότητος). Porém não a ouvi; estive apenas na de uma dracma, não me encontrando, por isso mesmo, em condições de conhecer essa questão. (*Crátilo*, 384a-c.)

Também no diálogo *Eutidemo*, o nome de Pródico é associado a uma $\delta\nu\omicron\mu\acute{\alpha}\tau\omega\nu$ $\delta\rho\theta\acute{\omicron}\tau\eta\tau\omicron\varsigma$ (277e): “em primeiro lugar, como diz Pródico, tens que aprender o correto emprego das palavras ($\pi\epsilon\rho\acute{\iota}$ $\delta\nu\omicron\mu\acute{\alpha}\tau\omega\nu$ $\delta\rho\theta\acute{\omicron}\tau\eta\tau\omicron\varsigma$ $\mu\alpha\theta\epsilon\acute{\iota}\nu$ $\delta\epsilon\acute{\iota}$)”. Deve-se, contudo, supor que trate de uma idêntica temática quando se fala de uma correção dos nomes em Platão e em Pródico? O trecho exposto acima tirado do *Crátilo* certamente é um bom indício de que não. Com efeito, nele Sócrates afirma só ter podido assistir a uma aula de uma dracma e, por isso mesmo, não estar em condição de abordar o assunto com a proficiência de que se disporia Pródico no conjunto de suas aulas. Quanto a esta passagem Ademollo afirma: “provavelmente cumpre a função de deixar claro que, a despeito do rótulo comum de ‘correção dos nomes’, o problema discutido aqui é diferente daquele abordado por Pródico” (Ademollo, 2011, p. 28). Cabe, portanto, agora tentar diferenciar a correção dos nomes de Pródico daquela que Platão deseja introduzir com a discussão do *Crátilo*. Abordemos, de início, um trecho do diálogo *Protágoras* que parece conter boas indicações da compreensão de Pródico acerca deste tema.

Foi sorte estar Pródico presente à nossa discussão, pois é bem possível, Protágoras, que a sabedoria de Pródico seja divina e muito antiga (...). Mas estou vendo que, apesar de conheceres tantas coisas, ignoras essa ciência; não és como eu, que a conheço bem, na qualidade de discípulo de Pródico ($\sigma\grave{\upsilon}$ $\delta\grave{\epsilon}$ $\acute{\alpha}\lambda\lambda\omega\nu$ $\pi\omicron\lambda\lambda\acute{\omega}\nu$ $\acute{\epsilon}\mu\pi\epsilon\iota\rho\omicron\varsigma$ $\omega\grave{\nu}$ $\tau\alpha\acute{\upsilon}\tau\eta\varsigma$ $\acute{\alpha}\pi\epsilon\iota\rho\omicron\varsigma$ $\epsilon\acute{\iota}\nu\alpha\iota$ $\phi\alpha\acute{\iota}\nu\eta$, $\omicron\upsilon\chi$ $\acute{\omega}\sigma\pi\epsilon\rho$ $\acute{\epsilon}\gamma\acute{\omega}$ $\acute{\epsilon}\mu\pi\epsilon\iota\rho\omicron\varsigma$ $\delta\acute{\iota}\alpha$ $\tau\omicron$ $\mu\alpha\theta\eta\tau\acute{\eta}\varsigma$ $\epsilon\acute{\iota}\nu\alpha\iota$ $\Pi\rho\omicron\delta\acute{\iota}\kappa\omicron\upsilon$ $\tau\omicron\upsilon\tau\omicron\upsilon\acute{\iota}$). No presente caso, quer parecer-me que não percebeste que a expressão “difícil” talvez não tenha sido empregada por Simônides no mesmo sentido em que a emprega, porém no sentido em que Pródico me censura a respeito da expressão “terrível”, sempre que, para elogiar-te ou outra qualquer pessoa, digo que Protágoras é um homem sábio e terrível. Pergunta-me se eu não tenho vergonha de dar o nome de terrível ao que é bom. (...) É possível que Simônides e os naturais de Ceos designassem pela expressão “difícil” ($\chi\alpha\lambda\epsilon\pi\acute{\omicron}\nu$) o que é ruim ($\kappa\alpha\kappa\acute{\omicron}\nu$), ou algo cujo sentido te escapa. (*Protágoras*, 341a-c.)

Aqui a “sabedoria de Pródico” (ή Προδίκου σοφία) é indicada como sendo uma atividade de distinção dos sentidos de uma palavra, dando atenção, inclusive, às possíveis contradições que possam surgir por conta desses diferentes sentidos. A sua ideia de $\delta\nu\omicron\mu\acute{\alpha}\tau\omega\nu$ $\delta\rho\theta\acute{\omicron}\tau\eta\tau\omicron\varsigma$ estaria ligada, portanto, a uma busca de precisão no uso dos termos e de atenção aos vários significados possíveis e até regionais que um dado nome possa ter, tal como os naturais de Ceos ao usar “ $\chi\alpha\lambda\epsilon\pi\acute{\omicron}\nu$ ” para dizer “ $\kappa\alpha\kappa\acute{\omicron}\nu$ ”. Ademais, essa interpretação

parece ser confirmada na continuação da referida menção a Pródico presente no *Eutidemo*, 278a: “os homens dão o nome de ‘μανθάνειν’, por um lado, a algo tal qual o seguinte: quando alguém, não tendo a princípio nenhuma ciência sobre certa coisa, em seguida, posteriormente, adquire essa ciência.”

Mais uma vez se referindo a uma devida distinção do emprego de um termo, neste caso o do verbo μανθάνειν. Ademollo (2011, p. 28), ao discutir a concepção de Pródico sobre a correção dos nomes, afirma: “com isso (a correção dos nomes) Pródico compreendia sua atividade de postular distinções semânticas excessivamente sutis entre quase-sinônimos, (...) por vezes recorrendo à etimologia”. O uso das etimologias é um elemento de particular interesse para a consideração do *Crátilo*, uma vez que boa parte do diálogo será constituído precisamente de uma incursão etimológica.

Faz-se necessário, porém, tentar esboçar agora a posição de Platão quanto à mesma temática. O primeiro que no diálogo *Crátilo* apresenta uma posição sobre a correção dos nomes é Hermógenes dizendo não poder ser esta correção senão uma “convenção e acordo” (ὡς ἄλλη τις ὀρθότης ὀνόματος ἢ συνθήκη καὶ ὁμολογία, 384d). Isto ele justifica dizendo que, segundo pensa, “nenhum nome pertence a algo por disposição natural, mas por costume e hábito dos que convencionam e chamam” (οὐ γὰρ φύσει ἐκάστῳ πεφυκέναι ὄνομα οὐδὲν οὐδενί, ἀλλὰ νόμῳ καὶ ἔθει τῶν ἐθισάντων τε καὶ καλούντων, 384d). Assim, a correção de um nome para Hermógenes depende inteiramente no acordo entre os falantes e não em uma “disposição natural” (φύσει ἐκάστῳ πεφυκέναι), algo que termina por implicar, segundo nota Bagwell (2010, p.161), que não possa haver nomes incorretos: “parece-me que qualquer que seja o nome que se atribua a algo, este será o correto” (ἐμοὶ γὰρ δοκεῖ ὅτι ἂν τίς τῷ θῆται ὄνομα, τοῦτο εἶναι τὸ ὀρθόν, 384d). Sendo assim, a posição de Hermógenes torna a ideia de uma correção dos nomes um tanto ociosa, uma vez que não pode haver propriamente dito uma “incorreção dos nomes”. Esta conclusão não é totalmente dissímil daquela a que chegará Crátilo, ainda que seja por uma via oposta.

Sócrates: Não te parece que sejam algumas leis melhores e outras piores?

Crátilo: De forma alguma.

Sócrates: E, ao que parece, também não pensas serem feitos alguns nomes inferiores e outros superiores.

Crátilo: Não.

Sócrates: Então, todos os nomes estão corretos (πάντα ἄρα τὰ ὀνόματα ὀρθῶς κεῖται)?

Crátilo: Todos aqueles que realmente forem nomes. (429b)

Esta passagem é emblemática para conhecer a posição de Crátilo. De fato, em sua visão, para que um nome sequer possa ser chamado enquanto tal ele deve ter sido estabelecido ou colocado (κεῖται) corretamente (ὀρθῶς). Mais à frente ele afirmará que a atribuição errada de um nome resultará apenas em um balbuciar (φθέγγασθαι): ἐμοὶ μὲν δοκεῖ, ὦ Σώκρατες, ἄλλως ἂν οὗτος ταῦτα φθέγγασθαι (429e). Sendo assim, o atributo de correção tem de ser entendido como sendo natural ao nome enquanto seja constitutivo de sua essência, uma vez que removida a correção não se pode mais ter o nome. Esta é a posição chamada naturalista, em oposição àquela convencionalista encabeçada por Hermógenes, tal como visto acima. Com efeito, se para o naturalismo o nome não pode ser pensado sem a correção, para o convencionalismo a correção é um atributo posterior conferido ao nome por meio de uma “convenção e acordo” (συνθήκη καὶ ὁμολογία). Tanto no naturalismo quanto no convencionalismo não é possível falar propriamente de nomes incorretos, uma vez que no naturalismo um nome incorreto não pode ser nome absolutamente, e no convencionalismo o próprio uso (ainda que habitual como dá a entender o termo ἔθει) já tornaria um nome correto: νόμῳ καὶ ἔθει τῶν ἐθισάντων τε καὶ καλούντων (384d).

Sócrates iniciará o diálogo tomando a defesa da posição naturalista contra as afirmações de Hermógenes (386e-427d), porém já para o final da discussão chegará à necessidade de reintroduzir nos nomes alguma parte de convenção: “receio muito [...] que nos vejamos forçados a esse expediente banal, a convenção, para a correta imposição dos nomes” (ἀλλὰ μὴ ὡς ἀληθῶς, τὸ τοῦ Ἑρμογένους, γλίσχυρα ἢ ἡ ὀλικὴ αὐτῆ τῆς ὁμοιότητος, ἀναγκαῖον δὲ ἢ καὶ τῷ φορτικῷ τούτῳ προσχρῆσθαι, τῇ συνθήκῃ, εἰς ὀνομάτων ὀρθότητα, 435c). Este é o primeiro momento que começa a diferenciar realmente a posição socrática quanto à correção dos nomes das duas apresentadas até então. Alcino, em sua *Exposição das Doutrinas de Platão*, explica esta posição da seguinte forma: “a justeza dos nomes é questão de convenção, isto, porém, não de forma absoluta, nem de outra qualquer, mas de maneira que a imposição do nome siga a natureza da coisa” (*EdDP* Alcino, p.14). Isto é, Sócrates enfatizando a importância de que a correção dos nomes não implicasse em uma impossibilidade de incorreção, terá de recorrer a um tipo de correção que não esteja essencialmente atrelada ao nome enquanto tal, como queria Crátilo, segundo vimos. “Em outras palavras, os conteúdos associados com nomes não têm necessariamente de ser idênticos com descrições que revelam a essência das naturezas nomeadas, ainda que precisem revelar as essências ao menos em certa medida” (Thomas, 2008, p.345).

Proclo, em seu comentário ao diálogo, perceberá esta diferença ao explicar os modelos possíveis de naturalismo. Ele descreve o naturalismo de Crátilo como vindo no nome um reflexo natural da coisa nomeada, tal como uma sombra ou um espelho. Já a posição socrática é descrita como sendo um reflexo artificial como em uma pintura e, de fato, esta associação da pintura com o nomear se encontra no próprio diálogo (429a-b). Estas seriam, portanto, duas diferentes compreensões daquela “disposição natural” (φύσει ἐκάστῳ πεφυκέναι) à qual se referia Hermógenes (384d). Como, porém, toda imagem requer um modelo, a associação da atividade do nomear a uma atividade como a pintura implica na existência de um “modelo de nome” que sirva esta função ao nomeador. Este é precisamente o papel efetuado por aquilo que Platão nomeará na fala de Sócrates como τὸ τοῦ ὀνόματος εἶδος, isto é, a ideia do nome.

Sócrates: Logo, meu excelente amigo, o legislador não deve também saber colocar o nome naturalmente disposto a cada coisa nos sons e sílabas, fazendo e instituindo todos os nomes tendo em vista o nome que é em si mesmo, se quiser ser uma autoridade na imposição dos nomes? Mas se cada “nomeador” não utilizar as mesmas sílabas, não deve incorrer em erro sobre isso. Pois também nem todo ferreiro utiliza o mesmo ferro, ainda que, com um mesmo propósito, fabrique um mesmo instrumento. Mas seja como for, contanto atribua a mesma forma, [seja no mesmo] seja em um ferro diferente, igualmente o instrumento tem correção, seja feito aqui seja entre os bárbaros. Não é?

Hermógenes: Certamente.

Sócrates: Sendo assim, da mesma maneira considerarás também o legislador daqui e de entre os bárbaros, contanto atribua a forma do nome apropriada a cada coisa em qualquer que sejam as sílabas, não será um nomeador inferior seja o daqui ou de entre os bárbaros? (389d-390a)

Assim, nota-se que a posição que Platão apresenta no *Crátilo* de uma correção dos nomes é substancialmente diferente daquela endossada por Pródico. Este, segundo nos referimos acima, buscava apenas uma arte da distinção semântica entre os vários usos de um nome. A fundamentação desta distinção, ainda que não haja evidências suficientes para ser afirmada, podia ao menos às vezes ser fornecida pela etimologia ou pela consideração dos usos regionais. A compreensão que vemos surgir no *Crátilo* tenta reenquadrar a correção dos nomes no sentido de uma adequação a uma natureza determinada, que pode se dar tanto de forma mais estreita e, portanto, melhor,

quanto de forma menos estreita e, assim, pior. Surge aqui, contudo, um problema interpretativo que será o escopo investigativo deste artigo: a saber, a ideia do nome tal como entendida por Platão deve ser apenas uma para todos os nomes ou múltipla, isto é, havendo uma ideia do nome para cada nome distinto que se forme com referência a alguma natureza? Para tentar resolver esta questão propõe-se uma incursão minuciosa ao trecho do diálogo que apresenta o *τὸ τοῦ ὀνόματος εἶδος* e que foi parcialmente exposto acima.

3. NATUREZA E FORMA

Após Hermógenes ter apresentado começado a discutir sua visão acerca da correção dos nomes no trecho que vai de 384d até 385d, Sócrates tentará convencê-lo de que deve haver uma realidade fixa para cada coisa (*δηλον δὴ ὅτι αὐτὰ αὐτῶν οὐσίαν ἔχοντά τινα βέβαιόν ἐστι τὰ πράγματα*, 386e). Mais ainda, esta realidade fixa não existe com relação a nós (*οὐ πρὸς ἡμᾶς*), mas sim em si mesma (*ἀλλὰ καθ' αὐτὰ*) e com relação a sua realidade disposta por natureza (*πρὸς τὴν αὐτῶν οὐσίαν ἔχοντα ἥπερ πέφυκεν*, 386e). Na sequência, Sócrates colocará as ações como uma dessas coisas às quais deve corresponder uma realidade fixa (*οὐ καὶ αὗται ἐν τι εἶδος τῶν ὄντων εἰσίν, αἱ πράξεις*) e também o falar como um tipo de ação (*ἄρ' οὐκ οὐ καὶ τὸ λέγειν μία τις τῶν πράξεων ἐστίν*, 387b) do qual o nomear constitui uma parte integrante (*οὐκοῦν καὶ τὸ ὀνομάζειν πρᾶξις τις ἐστίν*). Conclui-se, assim, o raciocínio afirmando que convém àquele que nomeia nomear segundo a disposição natural das coisas e não segundo seu desejo (*οὐκοῦν καὶ ὀνομαστέον ἐστίν ἢ πέφυκε τὰ πράγματα ὀνομάζειν τε καὶ ὀνομάζεσθαι καὶ ᾧ, ἀλλ' οὐχ ἢ ἂν ἡμεῖς βουλευθῶμεν*, 387d). Seguindo esta via, Platão tentará uma comparação entre o nomear e as outras ações (*αἱ πράξεις*) como o cardar, estabelecendo, assim, que o nome é o instrumento da ação de nomear tal como a carda é o instrumento da ação de cardar (*καὶ ὁ ἔδει κερκίζειν, ἔδει τῷ κερκίζειν*, 387e).

Neste ponto, concordamos com Ackrill (1997, p.41), Sedley (2003, p.59) e Ademollo (2011, p.103) que, uma vez que o nomear (*ὀνομάζειν*) é introduzido como uma parte do falar (*λέγειν*), esta ação de nomear não pode ter aqui o sentido simplesmente da criação ou batismo do nome, mas talvez mais propriamente deva ser entendida como incluindo a aplicação e uso dos nomes nas frases. Só um pouco mais à frente (389a) é que Platão deixará de lado a comparação com o uso da carda no cardar e voltará sua atenção ao artesão que cria (*ποιεῖ*) a carda, comparando este artesão com o legislador, isto é, aquele que tem a função de colocar ou postular (*τίθημι*) os nomes.

Sócrates: O legislador, segundo te parece, é todo homem ou apenas aquele que detém a técnica?

Hermógenes: Aquele que detém a técnica.

Sócrates: Logo não é todo homem que coloca os nomes (ὄνομα θέσθαι), ó Hermógenes, mas há um nomeador (ὀνοματουργοῦ). E este, aparentemente, é o legislador que, dos artesãos, é o mais raro de se fazer por dentre os homens (ὄς δὴ τῶν δημιουργῶν σπανιώτατος ἐν ἀνθρώποις γίγνεται). (389d-390a)

Vê-se, assim, que a consideração do nomear como uma ação levou a afirmar o nome enquanto instrumento desta ação. Acontece, então, uma sutil divisão entre aquele a quem cabe usar dos nomes (que veremos caber ao dialético, em 390d) e aquele a quem cabe criar os nomes, o legislador. Ademais, o legislador é apontado como sendo o mais raro artesão que pode se fazer dentre os homens (ὄς δὴ τῶν δημιουργῶν σπανιώτατος ἐν ἀνθρώποις γίγνεται), algo que possivelmente se relaciona com a compreensão da arte do nomear como sendo divina, tal como se observa na passagem 341a do *Protágoras* apresentada anteriormente. Até então, Platão havia considerado como sendo necessário uma realidade fixa apenas com relação ao uso e à ação, porém agora ele introduz novamente esta necessidade de uma fixidez na consideração da fabricação mesma do instrumento da ação. Isto porque o artesão, seja dos nomes seja da carda, deve olhar (βλέπων) para esta natureza fixa a fim de que sua fabricação seja bem sucedida. É por esta via que Platão pretende pôr em questão a ideia do nome (τὸ τοῦ ὀνόματος εἶδος) que alguns autores, como Ackrill (1997, p.43-44) e Ademollo (2011, p.129-130), entendem como sendo múltipla, isto é, como havendo uma ideia específica de nome para cada nome. Buscaremos agora nos debruçar no texto do diálogo a fim de averiguar se esta leitura da ideia do nome justifica-se textualmente.

Sócrates: Vai, então, examina para onde olha o legislador enquanto institui os nomes (ἐπίσκειναι ποῖ βλέπων ὁ νομοθέτης τὰ ὀνόματα τίθεται). Considera-o partindo do precedente. Para onde tem o carpinteiro a vista voltada ao fazer a carda? Não seria para aquele algo que se dispõe por natureza ao ato de cardar (οὐ πρὸς τοιοῦτόν τι ὃ ἐπεφύκει κερκίζειν)?

Hermógenes: Certamente.

Sócrates: Mas como? Se, ao fazê-la, a carda se quebrar, será que mais uma vez se porá a fazer outra tendo em vista a que se quebrou? Ou tendo em vista exatamente aquela forma que olhava enquanto fazia a que se quebrou (ἢ πρὸς ἐκεῖνο τὸ εἶδος πρὸς ὅπερ καὶ ἦν κατέαξεν ἐποίει)?

Hermógenes: Tendo em vista aquela, ao que penso. (389a-b)

Esta pergunta de “para onde olha” (ποι βλέπων) está presente em mais de um diálogo de Platão¹, e é frequentemente correspondida com um εἶδος (Ademollo, 2011, p.125) e associada com o trabalho de um artesão que contempla um modelo para a construção de algo². Aqui, porém, este modelo é referido enquanto “aquilo que se dispõe ao ato de cardar” (οὐ πρὸς τοιοῦτόν τι ὁ ἐπεφύκει κερκίζειν). Esta forma verbal ἐπεφύκει (literalmente o que se dispusera por natureza) é, contudo, um tanto enigmática. Sabe-se que algumas formas do verbo φύω se cristalizaram em expressões, tal como a forma de πέφυκε (disposto por natureza), mas não é possível afirmar com certeza que Platão esteja aqui usando ἐπεφύκει e πέφυκε indistintamente. Ademollo (2011, p.99) sugere que ἐπεφύκει possa ser um equivalente de um “presente atemporal” ou um “imperfeito retrospectivo”. Optamos por traduzir neste primeiro sentido uma vez que a relação entre artesão e modelo não parece necessitar de uma precisão temporal. Isto é talvez indicado no exemplo dado na sequência, uma vez que tendo uma carda sido quebrada ele não tomará esta anterior enquanto modelo para fazer uma carda nova (πάλιν ποιήσει ἄλλην πρὸς τὴν κατεαγυῖαν βλέπων), algo que implicaria alguma relação temporal entre o modelo e o artesão, mas o modelo tem de ser o mesmo tanto para a que se quebrou quanto para a nova que se põe a fazer (ἢ πρὸς ἐκεῖνο τὸ εἶδος πρὸς ὅπερ καὶ ἦν κατέαζεν ἐποίει). Isto é, o modelo não é registrado temporalmente, mas mantém-se o mesmo para toda carda que se venha a fazer.

Sócrates: Não seria, então, o mais justo que chamássemos aquela de aquilo mesmo que é ser carda (οὐκοῦν ἐκεῖνο δικαιοτάτ’ ἂν αὐτὸ ὃ ἔστιν κερκὶς καλέσαιμεν)?

Hermógenes: Penso que sim. (389b)

Na sequência do diálogo, encontra-se este trecho que traz uma expressão que necessitaria de um pouco de atenção e que confirmaria a leitura de ἐπεφύκει enquanto se relaciona a um εἶδος entendido como forma atemporal. Tendo a carda se quebrado, o artesão pôr-se-á a olhar, não aquela carda que se quebrou, mas “exatamente aquela forma (εἶδος) que olhava enquanto fazia a que se quebrou” e, com justiça, é aquilo (ἐκεῖνο) que podemos chamar de “aquilo mesmo que é ser carda” (αὐτὸ ὃ ἔστιν κερκὶς καλέσαιμεν). Esta expressão “ὃ ἔστιν” é aqui introduzida sem ser discutida, mas é presumida como algo já familiar e compreensível ao interlocutor. De fato, não é a primeira vez

¹ *Euthphr.* 6e, *Men.* 72c, *Hp. Ma.* 299e, *R.* 484c, *Phlb.* 61de

² *Grg.* 503e, *R.* 596b, *Ti.* 28a

que ela figura em um diálogo platônico e parece possuir um status técnico enquanto se refere ao ser de uma ideia, segundo aponta Ademollo (2011, p.126), baseando-se no seguinte trecho do *Fédon* (75d):

Pois tanto é válido nosso argumento para a igualdade como para o belo em si mesmo e o bem em si mesmo, a justiça, a piedade e tudo o mais, como disse, a que pusemos a marca de “o próprio que é” (περὶ αὐτοῦ τοῦ καλοῦ καὶ αὐτοῦ τοῦ ἀγαθοῦ καὶ δικαίου καὶ ὀσίου καί, ὅπερ λέγω, περὶ πάντων οἷς ἐπισφραγιζόμεθα τὸ ‘αὐτὸ ὃ ἔστι’), assim nas perguntas que formulamos como nas respostas apresentadas. A esse modo, adquirimos necessariamente antes de nascer o conhecimento de tudo isso.

Partindo disso, é possível compreender que aquilo que o artesão tem em vista ao fabricar a carda também possui esta “marca de ‘O próprio que é’” mencionada como estando presente na igualdade, no belo e no bem em si (αὐτοῦ τοῦ καλοῦ καὶ αὐτοῦ τοῦ ἀγαθοῦ καὶ δικαίου καὶ ὀσίου καί). Não pode haver dúvida, então, de que aqui estamos tratando do conceito de ideia tão discutido e elaborado no *Fédon* (por exemplo em 65d e 76d). O próximo passo, porém, será crucial para a compreensão da ideia do nome. De fato, Sócrates argumentará (389b) que “quando quer que tenha de fazer uma carda para uma vestimenta fina ou espessa, ou de linho ou lã, ou para qualquer tipo de vestimenta” (οὐκοῦν ἐπειδὴν δέη λεπτῷ ἱματίῳ ἢ παχεῖ ἢ λινῷ ἢ ἔρεφῷ ἢ ὀπιφοῦν τι κερκίδα ποιεῖν) em todos os casos é necessário possuir aquela forma da carda (πάσας μὲν δεῖ τὸ τῆς κερκίδος ἔχειν εἶδος). “Mas aquela natureza mais bem disposta para cada coisa, não é esta que deve conferir a cada produto (οἷα δ’ ἐκάστῳ καλλίστη ἐπεφύκει, ταύτην ἀποδιδόναι τὴν φύσιν εἰς τὸ ἔργον ἕκαστον, 389b-c)?”

Este trecho é de difícil tradução, optou-se aqui por tomar οἷα como uma antecipação de ταύτην τὴν φύσιν. O ponto de maior interesse para esta pesquisa é o uso de ἐκάστῳ que parece remeter ao uso do dativo que precede (δέη λεπτῷ ἱματίῳ ἢ παχεῖ ἢ λινῷ ἢ ἔρεφῷ ἢ ὀπιφοῦν τι κερκίδα ποιεῖν), isto é, especificando que a forma deve estar de algum modo disposta para cada uso, tal como a carda pode estar disposta para a produção de “uma vestimenta fina ou espessa, ou de linho ou lã”. Se esta leitura estiver correta será necessário admitir na forma da carda (e por extensão na ideia do nome, segundo se verá mais à frente) algum tipo de especificação que corresponde à sua função.

Antes, porém, que argumentemos em favor desta leitura, tomaremos um tempo para discutir outra possível interpretação e o porquê de não ser satisfatória. Reeve (1998, p.108) em sua tradução opta por ligar ἐκάστῳ a τὸ

ἔργον ἕκαστον e separar a preposição εις do verbo ἀποδιδόναι, lendo o trecho da seguinte forma: “E não deveria ele colocar nela (a carda) a natureza que naturalmente melhor se adequa para realizar seu próprio trabalho?”. Talvez o maior problema desta leitura é que o uso de εις que ele está propondo não é sustentado por outros trechos do diálogo onde claramente Platão opta por usar εις para complementar o sentido do verbo ἀποδιδόναι (ver 389c4-5), algo que torna a leitura de εις τὸ ἔργον ἕκαστον como “para realizar seu próprio trabalho” um tanto arbitrária. Ainda assim, esta leitura não resolve o problema de uma especificação na natureza atribuída, apenas move o foco da especificação do uso para o trabalho. O próprio Reeve (1998, p.XXI 21) concede esse ponto em seu comentário:

[...] porque “há um tipo de carda que é naturalmente melhor adequada para cada tipo de tecer” (389d1-2), há cardas de muitos diferentes tipos. Porque é da natureza da carda que “melhor se adequa para realizar o seu próprio trabalho” (389b10-c1), segue-se que as naturezas possuídas por esses diferentes tipos de carda são elas mesmas diferentes. Mais ainda, para cada um desses diferentes tipos de natureza corresponde uma forma distinta. Assim, o tecelão, como já o vimos, sabe “se a forma apropriada da carda está presente em qualquer pedaço de madeira” (390b1-2).

Contudo, também se poderia argumentar neste ponto que a mudança de vocabulário de εἶδος para φύσιν enquanto aquilo que é atribuído (ἀποδιδόναι) marca uma importante distinção que não nos permite afirmar a existência de uma especificação na forma, mas somente na natureza. De fato, φύσιν fora usado para se referir anteriormente à correção de uma determinada ação (κατὰ τὴν αὐτῶν ἄρα φύσιν καὶ αἱ πράξεις πράττονται, 387a), em oposição à opinião ou parecer próprio (οὐ κατὰ τὴν ἡμετέραν δόξαν). Mais ainda, fora afirmado que se se age contrário a esta natureza nada se faz (ἐὰν δὲ παρὰ φύσιν, ἐξαμαρτησόμεθά τε καὶ οὐδὲν πράξομεν). E, segundo visto, o falar é contado entre as ações (τὸ λέγειν μία τις τῶν πράξεων ἐστίν, 387b) e o nomear como parte do falar (τοῦ λέγειν μόνιον τὸ ὀνομάζειν, 387c). Sendo assim, talvez o uso de ἐκάστω seja relativo somente a esta natureza (φύσιν), e que diz respeito somente à correção de uma ação concreta, sem disso derivar implicações relativas à forma (εἶδος). Porém, ainda que se admita esta hipótese seria impossível ignorar aquilo que Sócrates indica durante a discussão da natureza das ações: “as ações pareceram a nós não enquanto sendo relativas a nós, mas enquanto tendo alguma natureza própria” (αἱ δὲ πράξεις ἐράνησαν ἡμῖν οὐ πρὸς ἡμᾶς οὔσαι, ἀλλ’ αὐτῶν τινα ἰδίαν φύσιν ἔχουσαι, 387d). Esta natureza própria, contudo,

fazia referência, tal como visto anteriormente, a algum tipo de realidade fixa (δηλον δὴ ὅτι αὐτὰ αὐτῶν οὐσίαν ἔχοντά τινα βέβαιόν ἐστι τὰ πράγματα, 386e) que é em si mesma (ἀλλὰ καθ' αὐτὰ) e com relação a sua realidade disposta por natureza (πρὸς τὴν αὐτῶν οὐσίαν ἔχοντα ἥπερ πέφυκεν, 386e).

Que a φύσιν tenha de ser entendida enquanto detendo algum tipo de realidade em si mesma não a impede, contudo, que de algum modo se distinga da εἶδος. Há, todavia, mais um problema com a hipótese que tenta sustentar uma separação entre φύσιν e εἶδος: em 389a, ao introduzir a pergunta “para onde olha o legislador enquanto institui os nomes” (ποῖ βλέπων ὁ νομοθέτης τὰ ὀνόματα τίθεται), que deverá culminar pela consideração da forma (πρὸς ἐκεῖνο τὸ εἶδος, 389b), Sócrates afirma que a investigação deveria ser direcionada levando em conta aquilo que havia sido discutido anteriormente: “considere-o partindo do precedente” (ἐκ τῶν ἔμπροσθεν δὲ ἀνάσκειναι, 389a). Porém o que é que havia sido discutido anteriormente que pudesse contribuir com a pergunta de “para onde olha o legislador”? Segundo parece a única resposta a esta indagação seria justamente as considerações a respeito da φύσιν (386e-387d) que acabamos de comentar. Neste ponto, seguimos o passo de Ademollo (2011, p.129) que, em seu comentário, afirma a possibilidade no léxico platônico de usar o termo φύσις para se referir a uma forma ou a algo que também poderia ser entendido pelo termo εἶδος, tal como se poderia observar por *Parmênides* 147e e 156d-e, *Sofista* 257d e 258a-b e também *República* 306e.

Ademais, é interessante notar a resposta que Sócrates sugerirá: “não seria para aquele algo que se dispõe por natureza ao ato de cardar?” (οὐ πρὸς τοιοῦτόν τι ὃ ἐπεφύκει κερκίζειν, 389a). O termo “ἐπεφύκει” é sempre usado para se referir a uma φύσιν (em todo o trecho que vai 386e até 390a) e φύσιν é constantemente referida enquanto objeto de uma ação (tal como a de atribuição “ἀποδιδόναι”). Apenas como correlato do verbo βλέπων é que a εἶδος é introduzida, excetuando no trecho 390a, onde ela aparece ligada ao verbo atribuir (τὸ τοῦ ὀνόματος εἶδος ἀποδιδῶ). Estas considerações impedem que se suponha uma separação clara entre εἶδος e φύσιν com base em uma noção metafísica preconcebida e não estabelecida textualmente. Não está provado que as duas digam respeito à mesma coisa, de fato, Platão parece ter consciência do uso que faz de cada um dos termos. É possível, a título de exemplo, que a εἶδος diga respeito à natureza enquanto objeto de contemplação e a φύσιν diga respeito à natureza enquanto “direciona” ou “dispõe” (para não dizer “informa”) a ação do artesão. Como, porém, explicar o uso que se faz do termo εἶδος em 390a? Não cabe ao escopo desta investigação exaurir

todas as interpretações viáveis. Ainda que haja uma efetiva distinção, as duas parecem se referir a alguma realidade que é em si mesma e que é fixa, duas características que, usualmente, estariam ligadas às ideias. Assim, respondidas as objeções, deve-se agora seguir com a análise da ideia do nome.

4. A IDEIA DO NOME

Prometeu-se anteriormente argumentar em favor da leitura de *ἐκάστω* enquanto remetendo a uma disposição ou adequação da φύσις de um instrumento para os seus diversos usos possíveis, como a natureza da carda deve se dispor a “uma vestimenta fina ou espessa, ou de linho ou lã” (δέη λεπτῷ ἱματίῳ ἢ παχεῖ ἢ λινῷ ἢ ἔρεῳ ἢ ὅποιουόν τι κερκίδα ποιεῖν, 389b). Para tanto, porém, propõe-se seguir com a leitura do trecho, pois Platão fornecerá exemplos valiosos que poderão servir de modo a clarificar o sentido da expressão. De fato, ele afirma logo na sequência que o mesmo esquema que apresentara com relação à carda se aplica aos outros instrumentos (καὶ περὶ τῶν ἄλλων δὴ ὀργάνων ὁ αὐτὸς τρόπος, 389c). Então, ele explicita qual seria este *τρόπος*: “descoberto o instrumento disposto por natureza para cada coisa, deve-se atribuí-lo àquilo a partir do qual se fabrica” (τὸ φύσει ἐκάστω πεφυκὸς ὄργανον ἐξευρόντα δεῖ ἀποδοῦναι εἰς ἐκεῖνο ἐξ οὗ ἂν ποιῆ). E isto não se deve fazer segundo o seu próprio desejo (οὐχ οἷον ἂν αὐτὸς βουληθῆ), mas sim de acordo com o que se dispusera por natureza (ἀλλ’ οἷον ἐπεφύκει). E então se procede a alguns outros exemplos.

Sócrates: Pois é a furadeira disposta naturalmente para cada coisa que, ao que parece, se deve saber colocar no ferro.

Hermógenes: Certamente.

Sócrates: E, na madeira, a carda disposta naturalmente para cada coisa?

Hermógenes: É assim.

Sócrates: Pois, ao que pareceu, era por natureza que cada carda pertencia a cada tipo de tecido, e da mesma forma para as outras coisas (φύσει γὰρ ἦν ἐκάστω εἶδει ὑφάσματος, ὡς ἔοικεν, ἐκάστη κερκίς, καὶ τᾶλλα οὕτως).

Hermógenes: Sim. (389c-d)

O *τρόπος* referido anteriormente parece conter 3 elementos fundamentais: um instrumento disposto por natureza (τὸ φύσει ἐκάστω πεφυκὸς ὄργανον), uma matéria a partir da qual se fabrica (εἰς ἐκεῖνο ἐξ οὗ ἂν ποιῆ) e, finalmente, um fabricante que atribui um a outro ou que deve saber atribuir um ao outro (δεῖ ἐπίστασθαι τιθένα, 389c). O termo “instrumento” (ὄργανον) tem aqui um

sentido genérico que poderia ser substituído pelos exemplos que vêm na sequência, isto é, a furadeira (τρίπανον) e a carda (κερκίς), e que tinha sido suprido anteriormente pelo termo φύσιν (389c). Eis como Proclo lê esta passagem em seu comentário: “todas as formas dos instrumentos devem ter as matérias apropriadas a elas, que recebem e que estão adaptadas à ação para a qual fabricamos o instrumento” (LIV, 23.26-30). Isto é, ele lê “o instrumento disposto por natureza” como remetendo a uma forma que deve ser associada a uma matéria apropriada e que esteja, ela mesma, adaptada a uma ação que será como que sua finalidade. É esta adaptação à ação que parece estar em jogo quando Platão diz que “era por natureza que cada carda (ἐκάστη κερκίς) pertencia a cada tipo de tecido (ἐκάστῳ εἶδει ὑφάσματος)”. Se esta leitura estiver correta, o ἐκάστῳ estará claramente associado aos tecidos (ὑφάσματος), o que comprovaria a leitura que propusemos do trecho 389b-c.

Uma vez concedida esta interpretação, aparenta estar implicada a conclusão apontada anteriormente de que na natureza do instrumento a ser atribuído à matéria deve haver algum tipo de especificação ou adaptação a uma finalidade. E, claro, isto também tem de se dar no caso dos nomes, o legislador deverá saber “colocar o nome naturalmente disposto a cada coisa nos sons e sílabas, fazendo e instituindo todos os nomes tendo em vista aquilo mesmo que é ser nome” (καὶ τὸ ἐκάστῳ φύσει πεφυκὸς ὄνομα τὸν νομοθέτην ἐκείνον εἰς τοὺς φθόγγους καὶ τὰς συλλαβὰς δεῖ ἐπίστασθαι τιθέναι, καὶ βλέποντα πρὸς αὐτὸ ἐκεῖνο ὃ ἔστιν ὄνομα, 389d). Nesse passo, Sócrates aproveita para responder a uma objeção que Hermógenes havia levantado em 385e ao perguntar como era possível que a correção dos nomes fosse por natureza se os nomes dos gregos e dos bárbaros eram diferentes. Sócrates diz que não é de grande importância que os legisladores utilizem sempre as mesmas sílabas para formar o mesmo nome (εἰ δὲ μὴ εἰς τὰς αὐτὰς συλλαβὰς ἕκαστος ὁ νομοθέτης τίθησιν, οὐδὲν δεῖ τοῦτο ἀμφιγοεῖν, 389d-e), o que importa, ele acrescenta, é que seja atribuída a mesma forma (ἀλλ’ ὅμως, ἕως ἄν τὴν αὐτὴν ἰδέαν ἀποδιδῶ, 389e). Aqui não pode haver dúvida de que aquilo que é atribuído à matéria, e que anteriormente fora referido como φύσιν, agora foi chamado de forma (ἰδέαν ἀποδιδῶ). Portanto, deve-se admitir que a adaptação ou especificação implicada pelo uso do termo ἐκάστῳ não diz respeito somente à natureza (seja lá como esta for entendida), mas também de algum modo à forma.

Porém, feitas estas considerações, resta saber de que maneira é possível compreendê-las. Ademollo (2011, p.129) em seu comentário propõe que se fale de uma “forma específica” e uma “forma genérica”. O autor diferencia as duas dizendo que a forma específica é aquela que o legislador deve saber

colocar nos sons e sílabas e que constitui o “nome naturalmente disposto a cada coisa” (390a). Na sequência, ele diz que “o legislador deve fazer todos os nomes olhando para ‘aquilo mesmo que é ser nome’, i.e., a forma genérica do nome”. Não obstante, o autor deixa claro que não há uma diferença no status ontológico entre a forma específica e a forma genérica, partindo da ideia presente já em outros diálogos socráticos de que uma forma pode participar de outra forma (como a justiça e a coragem participam da ideia de virtude, *Menon* 72c). Ademais, Ademollo (2011, p.134), ao discutir o que seria o nome ideal para cada coisa, subscreve à visão de Ackrill (1997, p.43-44), para quem a identidade ideal do nome se refere somente ao trabalho que este realiza, isto é, a sua significação: “um nome ideal é uma unidade definida semanticamente, não composta de sons ou letras”. Assim, a forma específica do nome é definida com relação à sua função de significação e, segundo Sedley (2003, p.82), a forma genérica do nome pode ser definida similarmemente com relação à sua função apontada em 388c como sendo a de um “instrumento para informar a respeito das coisas e para separá-las”. Contudo, a separação do nome em uma forma genérica e várias formas específicas introduz um problema grave: não estaríamos assim multiplicando quase que infinitamente o mundo das ideias ao introduzir uma forma de nome para cada nome que tenha uma significação própria?

Esta consequência talvez não seja necessária. Em primeiro lugar, porque não resta claro que Sócrates continue a sustentar esta tese ao final do diálogo e, por isso, não se sabe qual o compromisso real que Platão tinha com esta divisão. Contudo, ainda que se admitisse um compromisso total, há algumas vias para se evitar esta consequência. Uma possibilidade seria diferenciar os tipos de ideias e seus diferentes modos de existência. É isto que faz Proclo neste trecho de seu comentário ao *Crátilo*:

Portanto, o que é a carda para o carpinteiro, isso são os nomes para o legislador e todo o cosmos para o demiurgo. De modo que as formas são de três classes: intelectivas, epistémicas e opinativas. As intelectivas dão razão à todas as coisas sensíveis, as epistémicas aos nomes, e as opinativas às cardas. (LIV, 23.26-30)

A divisão das ideias aqui sugerida se baseia nos tipos de contemplação que dão origem a estas ideias. Esta sugestão segue claramente os moldes neoplatônicos onde o demiurgo, ao contemplar o uno, dá nascimento às ideias, entendendo ser isso a doutrina do *Timeu* (principalmente no trecho

30a-c). Os diferentes artesãos seguirão este passo contemplando as ideias, porém os nomes ganham um *status* diferente provavelmente por conta da passagem onde os legisladores são ditos serem os mais raros tipos de demiurgos (389a). Sendo assim, a ideia genérica de nome poderia ter lugar em um nível demiúrgico e a ideia específica do nome tem lugar no nível epistêmico. Esse tipo de divisão do mundo inteligível também figura na exposição de Alcino das doutrinas de Platão, onde ele propõe que se fale de primeiros inteligíveis e segundos inteligíveis: os primeiros dizem respeito às formas separadas e os segundos às formas inerentes à matéria. Mais ainda, ele comenta que é apenas o segundo nível que pode ser apreendido discursivamente. Estas proposições, contudo, parecem ser mais uma tentativa de reconciliar a doutrina de Platão com a de Aristóteles do que legitimamente expor a doutrina de Platão tal como figura em seus diálogos. É necessário, contudo, notar que o próprio Aristóteles em sua *Metafísica* (A6 987b14-18), ao tratar das doutrinas de Platão parece deixar espaço para que se fale de um nível intermediário entre a matéria e as ideias:

ademais, ele afirma que, além dos sensíveis e das Formas existem os Entes matemáticos “intermediários” entre uns e as outras, que diferem dos sensíveis por serem imóveis e eternos, e das Formas, por existirem muitos semelhantes, enquanto cada Forma é única e individual.

Não é o escopo deste artigo tentar interpretar o que seriam estes “entes matemáticos” e que lugar eles ocupariam na filosofia de Platão, apenas apontamos aqui que a noção de algum tipo de intermediário entre as Formas propriamente ditas e o mundo sensível não é totalmente uma inovação do médio platonismo ou do neoplatonismo. Ademais, Giovanni Reale, em sua obra *Para uma Nova Interpretação de Platão*, tenta argumentar no sentido de que as ideias relativas às artes humanas e aos instrumentos devam ser contadas como fazendo parte dessa esfera dos entes intermediários: “que as ideias dos artefatos devam ser situadas na esfera ontológica em que entra a alma (senão na alma) e que a sua estrutura seja de caráter geométrico e matemático [...] decorre da melhor explicação que até agora se propôs” (2004, p. 406).

Poder-se-ia, neste ponto, objetar que o testemunho de Aristóteles trata apenas dos entes matemáticos e não dá nenhum indício a respeito da ideia nome. Recorremos então ao importante trabalho de Elisabetta Cattanei (2005, p.278) sobre os Entes Matemáticos:

Além das figuras da geometria e da *dianoia* matemática, toda uma complexa realidade “oscila”, em Platão, entre o que é brutalmente sensível e o que é puramente inteligível. A esse mundo intermediário pertence não apenas o conhecimento dianoético, e, portanto, matemático, mas pertencem também *eros*, provavelmente a alma, e até mesmo as virtudes ético-políticas como sabedoria e justiça; como já observava Souilhé em 1919, a ele pertence tudo o que constitui “uma linha” que une em si ou mistura os mundos opostos do sensível e do noético, do corruptível e do eterno.

Sendo assim, não parece de todo inviável uma interpretação que visse na ideia do nome mais um destes entes intermediários. Afinal, esta leitura de fato permitiria resolver o problema dos dois aparentes níveis da ideia do nome presentes no *Crátilo* que, apesar de ter sido afirmado por importantes comentadores, como Ademollo, Sedley e Reeve, não encontra nestes autores uma solução satisfatória. Feitas estas ponderações, deve-se concordar com Reeve (1998, p.XXIII 23) ao dizer que as curtas observações feitas sobre as ideias no *Crátilo* não permitem que haja uma certeza plena acerca dessas questões, mas que elas talvez pudessem ser melhor compreendidas como um esboço de teorias mais bem desenvolvidas em outros diálogos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo teve como objetivo aprofundar a discussão sobre a ideia do nome ($\tau\acute{o}\ \tau\omicron\upsilon\ \delta\acute{o}\nu\omicron\mu\alpha\tau\omicron\varsigma\ \epsilon\iota\delta\acute{o}\varsigma$) tal como aparece no diálogo *Crátilo*. Começamos apresentando uma contextualização, por onde foi possível notar a diferença entre as noções de correção dos nomes, tal como consta em *Pródico* e *Platão*. Para este último, a correção estaria ligada à existência de algum modelo natural que deveria ser atribuído pelo legislador à matéria do nome. Este modelo é identificado no diálogo como sendo precisamente a ideia do nome (390a). Contudo, a existência mesma de uma ideia para nomes é algo que suscita uma série de dificuldades para os comentadores. Aquela que mais interessou ao desenvolvimento deste trabalho foi a questão da multiplicidade da ideia do nome. Com efeito, há elementos no diálogo que permitem uma leitura na qual seria possível admitir uma ideia do nome para cada coisa nomeável, tese que parece ter o suporte de figuras de importância no debate platônico, como Sedley, Ademollo e Reeve. Buscou-se corroborar esta leitura partindo do uso do termo $\acute{\epsilon}\kappa\acute{\alpha}\sigma\tau\eta$ ao longo trecho que vai do 389a até 390b, que, segundo indicamos em nossa leitura, parece introduzir algum tipo de

especificação na ideia do nome de acordo com o uso que o legislador tem em vista para o nome.

Admitida esta tese, contudo, surge um problema grave, uma vez que as ideias parecem se multiplicar quase que indefinidamente. Quanto a este ponto, não objetivamos sanar esta questão por completo, uma vez que tomaria muito mais tempo e espaço do que dispomos para este artigo. Porém, foi apresentada uma possível via pela qual a multiplicidade das ideias pareceria estar em perfeita consonância com as doutrinas de Platão. Com efeito, a tradição do platonismo parece concordar com a noção de existência de diferentes tipos de ideias. Algo que possivelmente remonta, segundo visto, à própria academia platônica, em se admitindo o testemunho de Aristóteles sobre os intermediários. De fato, estes intermediários seriam caracterizados tanto com relação à sua imobilidade e eternidade, pelo que pertencem aos inteligíveis, quanto com relação à sua multiplicidade, pelo que se distinguem das formas propriamente ditas (*Metafísica*, A6 987b14-18). Não se buscou aqui argumentar em favor da interpretação de que as ideias do nome sejam realmente contadas como fazendo parte dos intermediários, bastou aos nossos interesses apresentar isto como uma possibilidade. Dito isso, averigua-se a importância de mais pesquisas e trabalhos que se prestem a aprofundar ainda mais a investigação sobre a ideia do nome na filosofia de Platão.

[Recebido em setembro/2022; Aceito em janeiro/2023]

REFERÊNCIAS

- ACKRILL, J. L. *Language and Reality in Plato's Cratylus*. Publicado originalmente em *Studi di Filosofia Antica*, 1994, pp.9-24. Republicado em: *Essays on Plato and Aristotle*. Oxford: Claredon Press, 1997; e também em: FINE, Gail (ed.). *Plato 1: Metaphysics and Epistemology*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- ADEMOLLO, F. *The Cratylus of Plato, A Commentary*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.
- ALCINO. *Enseignement des doctrines de Platon*. Paris: Les Belles Lettres, 1990.
- ARISTÓTELES. *Categories and De Interpretatione*. Trad. J. L. Ackrill. Oxford: Oxford University Press, 1975.
- ARISTÓTELES. *Metafísica*. Vol. II. Texto grego com tradução e comentário de G. Reale, trad. de M. Perine. 4ª ed. São Paulo: Loyola, 2014.
- BAGWELL, G. S. *A Study of Plato's Cratylus*. Duquesne University, 2010. Disponível em: <https://dsc.duq.edu/etd> Acesso em: 02 de jan. de 2020.
- CATTANEI, E. *Entes Matemáticos e Metafísica*: Platão, a Academia e Aristóteles em confronto. São Paulo: Edições Loyola, 2005.

- PLATÃO. *Crátilo*. Trad. Carlos Alberto Nunes, Séries: *Platão Diálogos*. 3ª Edição Revisada. Belém: Editora Universitária UFPA, 2001.
- PLATÃO. *Mênon* ou *Da Virtude*. 3ª edição (s/d). Lisboa: Editorial Inquérito Limitada.
- PLATÃO. *O Sofista*. Trad. Carlos Alberto Nunes. Salvador: UFB, 2003.
- PLATÃO. *Protágoras de Platão*. Trad. Daniel R. N. Lopes. São Paulo: Perspectiva, 2017.
- PROCLO. *Lecturas del Crátilo de Platón*. Madrid: Ediciones Akal, S.A., 1999.
- REALE, G. *Para uma Nova Interpretação de Platão*. 2ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2004.
- REEVE, C. D. C. *Plato, Cratylus*. Indianapolis and Cambridge: Hackett, 1998.
- SEDLEY, D. *Plato's Cratylus*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- THOMAS, C. J. *Inquiry Without Names in Plato's Cratylus*. In: *Journal of the History of Philosophy*. Maryland: Johns Hopkins University Press, 2008.